

**AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DO BRASIL PARA
O DESENVOLVIMENTO DA LUSOFONIA:
ANÁLISE DOS GOVERNOS LULA E DILMA**

Andrik Barbosa Risso (UENF)

andrikrisso@hotmail.com

João Batista da Silva Santos (UENF)

joasanto.92@gmail.com

Sérgio Arruda de Moura (UENF)

arruda@uenf.br

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

Rafaela Sepulveda Aleixo Lima (UENF)

rafaelasepulveda@gmail.com

A partir da expansão imperialista de Portugal ao explorar novas terras, se difundiu, conseqüentemente, a língua portuguesa. Este processo resultou na expansão linguística da língua portuguesa pelo mundo, e hoje contamos com oito países que têm o português como língua oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). E é a partir desta rede que nasce o conceito de Lusofonia. A relação entre estes Estados por meio de sua semelhança linguística acaba resultando em uma integração, que foi oficializada por meio de acordos e tratados, que transformariam a lusofonia em uma instituição. O governo brasileiro mostra-se interessado nessa cooperação e nos assuntos lusófonos desde o Governo de José Sarney (1985-1990). De lá para cá, as políticas linguísticas tiveram objetivos macros, resultando na reforma ortográfica da língua portuguesa e até mesmo na criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Este trabalho tem como objetivo analisar a política externa dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016) sobre a relação do Brasil com a Lusofonia, entender as políticas linguísticas deste período e identificar os investimentos na integração linguística e sua importância para o *status* da língua portuguesa no cenário internacional, e também, no estabelecimento do Brasil como potência política e econômica emergente no globo.

Palavras-chave: PT. Lusofonia. Políticas linguísticas. Política externa brasileira.